

---

**Gestão e Cidadania:**

**Custos e Finanças**

---

## **A ABORDAGEM ESTRATÉGICA DA CONTABILIDADE PARA A REDUÇÃO DO CUSTO FINAL DA MATÉRIA-PRIMA: UM ESTUDO DE CASO NO SEGMENTO AGRÍCOLA**

Silva, Roger L. D.<sup>1</sup>(G); Petine, Danilo V.<sup>1</sup>(G); Lopes, Rodrigo J.<sup>1</sup>(O)

roger.silva.aux.cont@gmail.com

<sup>1</sup>CENTRO UNIVERSITARIO UNIFAFIBE

O cenário econômico exige cada vez mais que empresas se estruturarem estrategicamente em ambos os aspectos. Nesse contexto, a gestão de custos é algo de grande importância para a competitividade. O objetivo principal do estudo foi analisar a abordagem estratégica da contabilidade para a redução do custo final da matéria-prima (MP) em uma empresa atuante no segmento varejista de fertilizantes. Para tanto, foi utilizada uma pesquisa bibliográfica para obtenção de informações acerca do tema abordado, bem como o método qualitativo e exploratório, mediante um estudo de caso. A coleta de dados ocorreu mediante aplicação de dois questionários, sendo direcionados para um escritório de contabilidade e para uma empresa, objeto de estudo, a qual terceiriza o serviço contábil. As respostas foram promissoras no sentido de que o escritório contábil contribui com a empresa para a redução e compreensão do custo final de aquisição da matéria prima. O cliente solicita para o escritório ajuda para posterior entendimento do custo de compra referente à MP. O escritório contábil, por sua vez, disponibiliza diversas informações sobre o custo de aquisição dos materiais, de forma que a empresa tenha dados suficientes para gerenciar os estoques. Concluiu-se ao final que o escritório está sempre contribuindo na elaboração do custo final da MP, embora algumas vezes, as empresas veem o escritório apenas como um prestador de serviço de contabilidade em termos de recolhimento fiscal, o que não corresponde com a realidade do escritório alvo deste estudo. Dentre as principais informações disponibilizadas, são passados todos os meses à empresa balancetes e planilhas gerenciais dos custos com MP e gastos operacionais.

**Palavras-chave:** Comercio varejista fertilizante. Contabilidade. Matéria-prima. Redução de custo.

[Inscrição: 1419]

## A CORRELAÇÃO ENTRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AMPLIAÇÃO DO CRÉDITO E O AUMENTO DA INFLAÇÃO NO BRASIL

Ferreira, Francine<sup>1</sup>(G); Sano, José M. D.<sup>1</sup>(G); Malavoglia, Rodrigo C.<sup>1</sup>(O)  
ff.francine@hotmail.com  
<sup>1</sup>*Unifafibe*

Verifica-se no Brasil atualmente o aumento da inflação, e é sabido que o atual e os últimos governos têm investido em políticas públicas para ampliação de crédito, assim, mostra-se relevante um estudo para analisar se há correlação entre essas duas variáveis. Portanto o objetivo desse trabalho foi medir e analisar se há essa correlação direta. Foi realizada uma pesquisa exploratória para obtenção dos dados e o cálculo do coeficiente de correlação dos diferentes governos desde 1994. Os resultados analisados foram que houve correlação negativa nos governos de Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, o que indica que o aumento da inflação e do crédito são inversamente proporcionais, então se um aumenta o outro diminui. Enquanto no governo de Dilma Rousseff o coeficiente encontrado foi positivo, demonstrando uma correlação existente, mas considerado um índice considerado fraco. O resultado do cálculo da correlação de janeiro de 1994 a junho de 2015, sendo este todo o período analisado, foi positivo, de 0,3946, implicando novamente, em um baixo grau de correlação. É evidenciado que o governo atual possui grande impacto na faixa de tempo total estudada; pois, nos três governos anteriores não foi identificado a correlação entre o aumento do crédito e o crescimento da inflação, mas, ainda assim, no cálculo total obtêm-se coeficiente positivo.

**Palavras-chave:** Crédito. Inflação. Correlação.

[Inscrição: 1297]

## **A IMPORTÂNCIA DOS INDICADORES DE CUSTO NA GESTÃO DE UMA EMPRESA FAMILIAR DE PEQUENO PORTE PRESTADORA DE SERVIÇOS NO SETOR SUCROALCOOLEIRO: UM ESTUDO DE CASO**

Neto, Rullian P.<sup>1</sup>(G); Oliveira, Wesley D.<sup>1</sup>(G); Malavoglia, Rodrigo C.<sup>1</sup>(O)  
rullian\_pn@hotmail.com  
<sup>1</sup>UNIFAFIBE

Os indicadores de custos são de extrema importância para melhorar o processo de gestão de qualquer empresa, seja ela micro, de pequeno porte ou de grande e também não importando o segmento que atue, visto que hoje, o cenário econômico brasileiro não está favorável sob a ótica de investimento das micros e pequenas empresas. Os indicadores financeiros econômicos têm a função de alicerce/base para tomar decisões, definir objetivos e estratégias, que possuam o grau de confiabilidade satisfatória para ser competitivo no mercado, que norteiam as empresas perante um caminho cada vez mais sinuoso, o qual poderá trazer sérias consequências, principalmente, para empresas mais sensíveis às flutuações do mercado, que no caso, são as micros e pequenas empresas, caso aconteça alguma coisa de errado. Com o método exploratório e descritivo onde se obtém os levantamentos dos dados da empresa, para analisar e comparar, informando os resultados que serão descritos para fomentar o objetivo. O presente artigo possibilitou uma análise clara dos arquivos e banco de dados da empresa familiar prestadora de serviços agrícolas (EPP), onde mesurando seus custos mensais gerados durante um ano poderá identificar sua quantidade mínima de cana de açúcar a ser colhida para não obter prejuízos. Em seus resultados nos cálculos de margem de contribuição e ponto de equilíbrio o preço de venda é de R\$ 17,19/tonelada e com base da margem de contribuição, indicou-se que R\$ 11,97 contribui para a receita, somando seus custos fixos mais despesas fixas determinou-se a quantidade mínima através do ponto de equilíbrio, mostrando que sua produção durante seu período de safra foi de 279.196,39 toneladas de cana colhida, onde seu resultado de 273.597,27 toneladas possibilitou a margem acima obtendo boa produtividade. Concluiu-se que os indicadores bem analisados e processados trazem vantagens competitivas, para se buscar lucratividade e melhorar a rentabilidade em seus processos.

**Palavras-chave:** Indicadores. Vantagem Competitiva. Rentabilidade.

[Inscrição: 1361]

## A UTILIZAÇÃO DE INDICADORES CONTÁBEIS NO PROCESSO DE CONSULTORIA FINANCEIRA DE UMA EMPRESA DE MÉDIO PORTE

Varrichio, Carolina L.<sup>1</sup>(G); Lokiy, Jéssica C.<sup>1</sup>(G); Lopes, Rodrigo J.<sup>1</sup>(O)  
carol\_varrichio@hotmail.com  
<sup>1</sup>*Unifafibe*

A análise de demonstrações contábeis baseada em indicadores produz informações precisas e simplificadas que auxiliam na tomada de decisão da gestão empresarial. Essas informações interpretam a situação passada, presente e as tendências futuras da empresa em questão e possibilita a comparação de seus resultados com os da concorrência. O objetivo geral deste trabalho é verificar a adesão à consultoria contábil mediante oferta de serviços que envolvam a utilização de indicadores contábeis em empresa de médio porte, fabricante e revendedora de produtos de limpeza, situada no interior de São Paulo. O estudo de caso, realizado através de metodologia qualitativa e quantitativa, utilizou indicadores de Estrutura de Capital, Liquidez e Rentabilidade aplicados nas demonstrações contábeis dos anos de 2013 e 2014, a fim de traduzir o real quadro econômico e financeiro da empresa em questão e verificar a viabilização de tal consultoria. Os resultados mostraram índices preocupantes em relação à quantidade de dívidas de curto prazo, quantidade de patrimônio líquido comprometido com ativos permanentes, queda na capacidade de pagamento e necessidade de aumento de vendas. Diante de análise apresentada em forma de texto que explicou cada um dos índices obtidos, a empresa concluiu que a consultoria baseada em indicadores contábeis poderá auxiliar na tomada de decisões futuras, porém a adesão ao serviço ocorreria apenas se fosse apresentado, juntamente com a análise, um planejamento que contribuísse para a melhora do quadro econômico e financeiro atual. Assim, conclui-se que o propósito deste estudo foi alcançado de forma clara e objetiva e demonstrou que os indicadores contábeis são viáveis para a realização de consultoria financeira.

**Palavras-chave:** Empresa Médio Porte. Consultoria Contábil. Indicadores.

[Inscrição: 1305]

## GOVERNANÇA CORPORATIVA: ANÁLISE DE SUA APLICABILIDADE NO SETOR BANCÁRIO.

Faccio, Bianca M. C.<sup>1</sup>(G); Lima, Deyse C. M.<sup>1</sup>(G); Malavoglia, Rodrigo C.<sup>1</sup>(O)  
biancacampanelli@gmail.com  
<sup>1</sup>*Unifafibe*

A Governança Corporativa (GC) é uma ferramenta importante para a economia global, tendo em vista o crescente desenvolvimento do mercado de capital aberto no Brasil, é fator determinante da sustentabilidade, competitividade e gerenciamento de conflitos e crises das organizações modernas, além de compor a estratégia com transparência, prestação de contas, equidade e responsabilidade corporativa, favorecendo o desempenho e visibilidade empresarial, e como isso as tornam atrativas para os *stackholders*. Com o objetivo de identificar as práticas e princípios de GC adotadas pelos bancos comerciais privados Bradesco, Itaú e Pan e demonstrar como estes enfrentaram as crises financeiras mundiais, foram analisadas as políticas e a variação histórica dos valores das ações no período de 2001 a 2014, através de uma pesquisa bibliográfica exploratória, de natureza quantitativa e qualitativa documental. Dentre os princípios de GC destaca-se a transparência, no qual otimiza o relacionamento com os acionistas e investidores, além de ser uma exigência para as organizações que aderem o Nível 1 de GC da BM&FBOVESPA. Observou-se também que a partir da adoção das práticas de GC, as ações foram valorizadas ou mantiveram-se equilibradas e diante os fatores exógenos as instituições apresentaram correção proporcional entre os preços das ações. Portanto, foi possível verificar, mas não afirmar que a aplicação de práticas e princípios de GC são responsáveis pela determinação do preço das ações, manutenção e recuperação da estabilidade das instituições perante as crises financeiras mundiais. Por isso conclui-se que apostar e aplicar os requisitos de GC nas organizações garante a realização dos objetivos específicos da instituição, considerando que a GC é uma ferramenta interna que exerce domínio sobre fatores externos.

**Palavras-chave:** Governança Corporativa. Boas Práticas. Preço de Ações. Crises Financeiras.

[Inscrição: 1359]

## O CENÁRIO DO SETOR SUCROALCOOLEIRO E SEU DESENVOLVIMENTO NO INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO

Lago, Lorraine<sup>1</sup>(G); Carvalho, Helen L.<sup>1</sup>(G); Malavoglia, Rodrigo C.<sup>1</sup>(O)  
lorrainelago2@gmail.com  
<sup>1</sup>*Unifafibe*

As empresas devem fazer um planejamento que interaja nas suas finanças e traga uma situação econômico-financeira aceitável para competir com empresas concorrentes, para isso é importante o acompanhamento de seu desempenho financeiro. O setor sucroalcooleiro no Brasil e principalmente no interior do estado de São Paulo tem grande influência no mercado, gerando muitos empregos todos os anos e é responsável por grande parte do PIB. Este trabalho teve como objetivo medir seus respectivos indicadores financeiros das usinas de capital aberto: Cosan, Biosev e São Martinho do setor sucroalcooleiro nos anos de 2012, 2013 e 2014, através de uma pesquisa do tipo exploratória de abordagem bibliográfica e de natureza qualitativa e quantitativa, verificando o sucesso dos negócios e suas tendências para conhecer os resultados alcançados, identificando quais os pontos fortes e fracos, se necessário, elaborar novas ações em termos operacionais e estratégicos para posterior tomada de decisão. Os indicadores de liquidez da empresa Cosan nos três anos foi a que obteve maior folga financeira, conseguindo honrar seus compromissos, na avaliação do índice de endividamento a empresa Cosan nos anos de 2012 e 2014 e São Martinho em 2013 foram as que estiveram em melhor situação conseguindo sanar dívidas com terceiros que venceriam em até um ano. No índice de rentabilidade o retorno sobre o investimento total foi menor do que o capital próprio investido, porém as empresas em sua grande maioria obtiveram o retorno esperado. Através da análise financeira realizada nas empresas, constatou-se que em sua maioria os índices indicaram uma situação favorável no que diz respeito à capacidade de pagar as dívidas de curto e longo prazo, esteve com folga financeira assim sendo as empresas encontram-se em boa saúde financeira.

**Palavras-chave:** Planejamento. Desempenho Financeiro. Indicadores. Setor Sucroalcooleiro. Sucesso.

[Inscrição: 1449]

---

**Gestão e Cidadania:**

**Desenvolvimento Regional**

---



## VALIDAÇÃO DAS FERRAMENTAS DA QUALIDADE EM EMPRESAS COMERCIAIS DE PEQUENO PORTE

Quiarato, Michele A.<sup>1</sup>(IC); Fuzeto, Adriana P.<sup>1</sup>(O)  
quiaratomichele@hotmail.com  
<sup>1</sup>*Unifafibe*

A permanente competitividade que as empresas de pequeno porte enfrentam, está influenciando as organizações na implantação de sistemas de gestão da qualidade como uma ferramenta estratégica, ou até mesmo um diferencial para se manter no mercado. Diante disso, este trabalho tem como objetivo apresentar quais os procedimentos para a implementação das ferramentas da qualidade e quais os seus impactos sobre uma empresa de pequeno porte prestadora de serviço no ramo de instalações elétricas, situada na região de Bebedouro/SP. Foi realizada uma anamnese da empresa, durante as três primeiras visitas agendadas, onde foram colhidos dados referentes a estrutura organizacional da empresa além de perguntas específicas por área de atuação. Após a primeira visita, teve início a Organização Estratégica da empresa, sendo definido a Missão, Valores e Visão da empresa, além da elaboração e implantação de documentos para auxiliar no gerenciamento da rotina diária da empresa, tais como: Quadro de Planejamento de Atividades, Cargos e Funções e Discriminação das atividades da empresa, Quadro de Planejamento de Atividades a Curto e Longo Prazo e Quadro Explicativo de Admissão e Demissão, e também a caracterização geral do negócio e por área de atuação. Os objetivos propostos pelo projeto foram alcançados, pois a empresa mobilizou seus recursos definindo seu plano diretor a partir do perfil traçado com o auxílio da anamnese aplicada no início do projeto. As perguntas feitas por área de atuação, fez o empresário se questionar sobre sua metodologia de trabalho e da empresa. Assim, podemos concluir que a pesquisa foi positiva para a definição e avaliação da eficiência das ferramentas da qualidade aplicadas em empresas de pequeno porte, podendo ser aprimoradas através do desenvolvimento de treinamentos dentro da linha da empresa.

**Palavras-chave:** Ferramentas da qualidade. Gestão estratégica. Empresa pequeno porte.

[Inscrição: 1168]

---

**Gestão e Cidadania:**

**Empreendedorismo**

---

## **A CONSULTORIA CONTÁBIL NO PROCESSO DE DEFINIÇÃO DA DEMANDA DE NOVOS MICROEMPREENDIMENTOS**

Serafim, Wallas F. A.<sup>1</sup>(G); Lopes, Rodrigo J.<sup>1</sup>(O)

wallas\_serafim@outlook.com

<sup>1</sup>UNIFAFIBE

No Brasil, o crescimento da competitividade entre micro e pequenas empresas e o elevado custo de suas mercadorias e de sua mão de obra, geram barreiras ao microempresário, como por exemplo, a impossibilidade de trazer ao consumidor final um preço que caiba no seu bolso. Este mesmo microempresário não faz ideia de como a adoção de técnicas que visam o crescimento do seu empreendimento pode de maneira eficaz alavancar os lucros do seu negócio. Com o aumento gradativo das microempresas no país, revela o potencial para a geração de empregos e de renda, no entanto, muitas dessas empresas não conseguiram alcançar o crescimento e a sua fixação no mundo dos negócios, pois, o mercado é altamente competitivo, tendo como um dos principais fatores a falta de informações necessárias para auxiliá-las no processo de tomada de decisão. As pequenas empresas encontram dificuldades no seu cotidiano ao enfrentar problemas e responsabilidades que vai além dos seus comércios ou de seus serviços prestados, seja na falta de recursos financeiros ou na compreensão dos detalhes contábeis e financeiros do seu negócio. O planejamento prévio, a gestão e a organização, é um dos principais fatores para o desenvolvimento de novos microempreendimentos, o problema é que grande parte destas empresas gerenciada pelos proprietários, que não dão o devido valor à consultoria ou o planejamento, comprometem o êxito da empresa, e desta forma leva ao fracasso mais 80% de novos empreendimentos em menos de 6 meses. Portanto, a consultoria contábil é necessária para as novas microempresas, pois, garante aos seus proprietários ferramentas segura para administrar e planejar os seus negócios e desta forma alcançar o sucesso desejado. A consultoria contábil pode de maneira eficaz, gerir o desenvolvimento do ponto principal de uma empresa que é a sua lucratividade.

**Palavras-chave:** Consultoria Contábil. Microempresas. Ponto de equilíbrio.

[Inscrição: 1555]

## A RELEVÂNCIA DA QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO COMO COADJUVANTE NA FORMAÇÃO DE UMA BOA LIDERANÇA

Evangelista, Amanda<sup>1</sup>(G); Martinez, Renata<sup>1</sup>(O)  
manda\_fh@hotmail.com  
<sup>1</sup>Unifafibe

Atualmente, as pessoas almejam por valorização dentro do ambiente de trabalho. O reconhecimento torna-se fator relevante para que sintam prazer em seus trabalhos, o que ocasiona melhor produtividade, execução de suas tarefas e impactos nos resultados organizacionais. Com a competitividade do mercado, as empresas buscam aumentar seu rendimento e gerar maior receita. E para isso as pessoas são os recursos mais importantes, pois são responsáveis por traçar planos e alcançar metas para a organização, que necessita de diferenciais para ficar a frente dos concorrentes. As empresas que motivam seus colaboradores têm maior chance de crescer e se destacar perante o mercado, já que conseguem reter pessoas dispostas e felizes com suas funções, características adquiridas pelo apreço concedido pelas empresas para os mesmos. O presente estudo busca relacionar a qualidade de vida no trabalho na formação de líderes, visando que o mérito dado aos colaboradores contribui no desenvolvimento e aprimoramento de competências e habilidades para tal. Para evidenciar os fatos foi realizada uma entrevista e aplicados questionários em uma empresa no interior de São Paulo. Os dados coletados e discutidos no decorrer da pesquisa tiveram embasamento nos conhecimentos dos autores citados. A qualidade de vida no trabalho melhora o ambiente nas organizações e estima a humanidade dos colaboradores. Visa tratá-los como pessoas que são, e não como peças que sirvam para atingir os objetivos organizacionais. Este programa, quando aplicado, promove melhorias e intensifica o comprometimento dos colaboradores a fim de atingir os objetivos da empresa por se sentirem, de fato, parte dela.

**Palavras-chave:** Competências. Liderança. Qualidade de vida.

[Inscrição: 1560]

## A UTILIZAÇÃO DE UM DIAGRAMA COMO ESTRATÉGIA PARA PROVISIONAMENTO DE RECURSOS: UM ESTUDO DE CASO EM PEQUENA EMPRESA

Toledo, Carlos E.<sup>1</sup>(G); Malpica, Nicholas <sup>1</sup>(G); Lopes, Rodrigo J.<sup>1</sup>(O)  
du\_cajobi@hotmail.com  
<sup>1</sup>UNIFAFIBE

O Mercado atual está cada vez mais competitivo e dinâmico, tornando-se assim, uma questão de sobrevivência para as pequenas empresas a constante adaptação a essas mudanças. Para o cumprimento do princípio da competência e estimativa das obrigações que serão exigidas até o final do exercício social seguinte, essas empresas são obrigadas a realizar provisões, tornando possível sustentar qualquer eventual situação imprevista ou para garantir investimentos. Uma administração financeira eficaz pode ser alcançada por meio do diagrama de Causa e Efeito, também chamado de Diagrama de Ishikawa, ou ainda espinha de peixe, o qual é empregado quando se deseja verificar a relação entre causas e efeitos e demais fatores envolvidos em determinada situação. O projeto teve por finalidade, verificar como a utilização de um diagrama pode auxiliar na correção da falta de provisionamento de recursos, aplicado em uma pequena empresa do setor varejista. O presente trabalho foi realizado por meio de uma pesquisa do tipo exploratória, de abordagem qualitativa, mediante um estudo de caso. Na coleta de dados utilizou-se um questionário semiestruturado, constituído por oito questões, o qual foi aplicado ao proprietário da empresa objeto de estudo. Dentre os principais resultados, quando apresentado o Diagrama ao proprietário, foi possível identificar algumas falhas que impactam diretamente no problema vivenciado atualmente pela empresa. Através deste modelo, podem-se perceber com maior clareza as causas que estão levando à falta de provisionamento de recursos para o posterior recolhimento tributário. Concluiu-se que o modelo apresentado contribuiu com a empresa para analisar as falhas e definir possíveis propostas de melhorias com relação ao provisionamento de recursos.

**Palavras-chave:** Provisionamento de recursos. Diagrama de Ishikawa. Pequena empresa.

[Inscrição: 1273]

## **EMPREENDEDORISMO NO BRASIL: OS ENTRAVES E O CASO DE EMPREENDEDORES DO INTERIOR DE SÃO PAULO**

Baraldi, Isabella B.<sup>1</sup>(G); Gea, Maisa F.<sup>1</sup>(G); Martinez, Renata S.<sup>1</sup>(O)

isabella.baraldi@hotmail.com

<sup>1</sup>UNIFAFIBE

Apesar de o empreendedorismo existir desde os primórdios da humanidade, relativamente é uma ciência nova que passou a ser estudada e ensinada a partir da década de 1970. Estudos e pesquisas indicam que o Brasil é um dos países com maior número de empreendedores no mundo, entretanto muitas ideias permanecem na teoria e nunca são colocadas em prática. Cenário este, considerado negativo para a economia e para o país como um todo, já que se perde em inovação, tecnologia, criação de empregos, entre outros. Ainda que o Brasil possua uma cultura empreendedora, faltam incentivos por parte do governo, no modo de simplificar os processos relativos ao início de uma empresa. Desse modo, o empreendedor precisa buscar novas metodologias de trabalho e estratégias para vencer os entraves impostos pelo governo, sociedade, concorrentes e economia. Considera-se que alguns destes obstáculos impedem que oportunidades se transformem em novos projetos. Além da burocracia mencionada acima, recursos financeiros e fontes de financiamentos específicos também dificultam a abertura de um negócio. O objetivo deste trabalho é identificar os entraves e as dificuldades enfrentadas pelos empreendedores no surgimento de novas organizações. A presente pesquisa é do tipo exploratória, de natureza qualitativa-quantitativa e cunhada pelo estudo de caso com empreendedores do interior de São Paulo. Contudo, sendo o presente estudo relevante para administradores, gestores, empreendedores, empresários e governantes que procuram entender sobre a origem, história, dificuldades e contexto atual do empreendedorismo no Brasil e as dificuldades enfrentadas, ressalta-se que, havendo conhecimento dos potenciais elementos que influenciam esse cenário, é possível sugerir soluções e melhorias. Concluindo, foi possível compreender as dificuldades enfrentadas pelos empreendedores antes mesmo da abertura de uma nova empresa e as que surgem posteriormente, nos primeiros anos de mercado.

**Palavras-chave:** Empreendedorismo. Entraves. Empresas.

[Inscrição: 1368]

## O SUPORTE CONTÁBIL NO PROCESSO DE LICITAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO NO SETOR DE CONSTRUÇÃO CIVIL

Sarti, Lais C.<sup>1</sup>(G); Amancio, Ana C.<sup>1</sup>(G); Lopes, Rodrigo J.<sup>1</sup>(O)

lais\_sarti@hotmail.com

<sup>1</sup>UNIFAFIBE

Diante do crescimento da procura por bens, a construção civil tem grande importância na economia do país, com isso decidimos verificar a relevância da contabilidade no processo licitatório de uma empresa de construção civil. Conforme normas da Lei nº 8.666/93, para que empresas do setor público consigam iniciar suas obras, devem primeiramente elaborar a abertura de um edital de licitação pública. No edital, um dos requisitos das empresas que estão concorrendo às obras públicas é apresentar informações contábeis, das quais as que mais se priorizam são o balanço e os índices de liquidez, sendo estes entregues pelo escritório responsável pela contabilidade da empresa. Conforme estas informações, temos por objetivo averiguar se os relatórios entregues pela contabilidade são de grande relevância no Processo de Licitação, e se estes são de fácil elaboração para o escritório de Contabilidade. Para que este objetivo fosse alcançado, realizamos uma pesquisa exploratória, na forma de questionário semiestruturado, com os dois agentes do caso, o escritório terceirizado que faz a contabilidade e a empresa de construção civil. Após a aplicação do mesmo, pode se verificar que é de extrema importância as informações fornecidas pela contabilidade e que estas não sendo bem elaboradas podem até fazer com que a empresa fique de fora da concorrência logo nas primeiras fases eliminatórias. Pode se concluir, que as informações contábeis devem sempre ser bem elaboradas, e os dados fornecidos corretamente, pois quando estas informações ficam mal estruturadas, a formação do preço a ser decidido pela empresa, bem como o resultado na concorrência serão afetados.

**Palavras-chave:** Construção Civil. Processo Licitatorio. Contabilidade.

[Inscrição: 1400]

## OS IMPACTOS DAS FALHAS NA ESTOCAGEM NO CUSTO FINAL DO SERVIÇO DE ARMAZENAGEM: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DE LOGÍSTICA

Detomini, Ana L. C.<sup>1</sup>(G); Lopes, Rodrigo J.<sup>1</sup>(O)  
anapuraa-@hotmail.com

<sup>1</sup>UNIFAFIBE -BEBEDOURO/SP

A Logística nos tempos atuais vem se tornando um ponto crucial para o melhoramento e aperfeiçoamento de uma organização. Busca trazer mais eficiência e eficácia para um processo, levando em consideração planejamento, organização e controle efetivo para as atividades de movimentação e armazenagem que visam facilitar o fluxo de produtos, possibilitando meios de trazer a satisfação do seu cliente. Quaisquer interferências nos procedimentos realizados podem causar transtornos, custos e insatisfação ao serviço prestado. Diante disso, este presente estudo teve como objetivo verificar os impactos que as falhas internas podem trazer em uma empresa de armazenagem com foco em logística, e como podem afetar o custo final da organização, verificando ainda, junto à empresa, quais medidas são tomadas para que se evite e previna que tais falhas tragam interrupções e custos durante a realização dos serviços. Utilizando-se de uma metodologia qualitativa de caráter exploratório com enfoque em estudo de caso, foi realizada a coleta de dados através de uma entrevista semiestruturada com um gestor da área objeto de estudo da organização em questão. Dentre os principais resultados, podemos observar que as falhas internas ocorridas são dos recursos humanos utilizados e afetam bastante o custo da organização. Com a identificação e análise dessas falhas, a organização busca soluções para atingir o causador, investindo em treinamentos e equipes internas de verificação do estoque físico. Concluiu-se que as principais falhas internas, relacionadas ao processo de estocagem, referem-se ao capital humano. A empresa em questão utiliza como estratégia para minimizar tais falhas um acompanhamento e identificação das mesmas, investindo em treinamento para assim não ter custos superiores ao esperado nos procedimentos, evitando perda de receita (margem de ganho) e garantindo a satisfação do cliente.

**Palavras-chave:** Logística. Processo de Armazenagem. Falhas Internas.

[Inscrição: 1306]



---

**Gestão e Cidadania:**

**Marketing**

---

## **A RELEVÂNCIA DA FIDELIZAÇÃO DE CLIENTES COMO DIFERENCIAL COMPETITIVO: O CASO DA CULINÁRIA JAPONESA NA CIDADE DE BEBEDOURO – SP**

Pelizari, Amanda P.<sup>1</sup>(G); Santos, Brendo F. P.<sup>1</sup>(G); Martinez, Renata S.<sup>1</sup>(O)  
amanda.pelizari@hotmail.com  
<sup>1</sup>UNIFAFIBE

Com o passar dos anos, a necessidade de se manter ativo no mercado de trabalho tem sido um grande desafio para os gestores das organizações e, por isso, a fidelização de clientes deve ser levada em conta para que esse propósito de se destacar no mercado venha ser concretizado. Estudos na área de Marketing, hoje, são peças-chave nas estratégias dos gestores para impulsionar a fidelização. São buscadas inovações e técnicas de fidelização como: qualidade, garantia, atendimento, pós-atendimento e promoções de venda. Percebe-se, então, que este conjunto de ações engloba todo o processo e é de grande importância para se ter uma fidelização eficaz e faz com que o cliente perceba o valor que está sendo entregue a ele. O presente artigo buscou identificar os níveis de satisfação e analisar o grau de fidelização dos clientes no ramo da culinária japonesa sob a perspectiva da gestão do estabelecimento e dos olhares de seus frequentadores assíduos. De acordo com uma entrevista fornecida pelo gestor do estabelecimento, notou-se que a forma de se posicionar no mercado fez com que os clientes voltassem a procurar pelo serviço em outras oportunidades, notou-se também que os mesmos se sentem satisfeitos com as estratégias estabelecidas pela alta gestão devido aos resultados obtidos pelos questionários aplicados e respondidos por vinte clientes abordando questões como atendimento, ambiente, atrativos de consumo, comparação de preço com a concorrência e frequência de visitas ao restaurante. Essa pesquisa tem natureza qualitativa, na qual se realizou uma análise do ambiente do estabelecimento e foi feita uma entrevista quanto à estratégia de posicionamento de mercado e de estratégias de fidelização do cliente. Também tem por natureza quantitativa a referida pesquisa, pois foram elaborados vinte questionários estruturados pelos pesquisadores, direcionado aos frequentadores do estabelecimento.

**Palavras-chave:** relacionamento. fidelização. marketing. clientes.

[Inscrição: 1290]

## COMUNICAÇÃO INTEGRADA DE MARKETING E MÍDIAS SOCIAIS: UM ESTUDO MULTI-CASO APLICADO EM LOJAS DO SETOR DE VESTUÁRIO NA CIDADE DE BEBEDOURO – S.P.

Silva, Abner I. D. D.<sup>1</sup>(G); Silva, Eliabe I. D.<sup>1</sup>(G); Lima, Gustavo B.<sup>1</sup>(O)  
abnerizidoro@gmail.com  
<sup>1</sup>UNIFAFIBE

A comunicação integrada de marketing (publicidade, propaganda, força de vendas e marketing direto) é o meio pelo qual as empresas optam para atingir seu público-alvo com maior eficiência e eficácia, buscando informar, lembrar e persuadir os consumidores sobre seus produtos e marcas, capaz de produzir uma mensagem coerente, contribuindo para a divulgação da empresa, assim como para o incremento nas vendas. O objetivo geral da presente pesquisa é investigar as ferramentas do composto de comunicação integrada de marketing (tradicional e alternativa), propostas pela literatura, utilizadas por três lojas do setor de vestuário da cidade de Bebedouro-SP. Realizaram-se levantamento e pesquisas bibliográficas acerca de: composto de comunicação de marketing ou comunicação integrada de marketing e mídias sociais. Utilizou-se o método de estudo multicaso para se analisar as três lojas (denominadas de ALPHA, BETA, GAMA) para o desenvolvimento deste estudo. Os resultados apontam que as lojas utilizam o composto de marketing tradicional (anúncios em revistas, embalagens, cartazes luminosos, reprodução de áudio, brindes, descontos, programas de fidelização, catálogos, telemarketing, e-mail marketing, display de pontos de vendas), atingindo um público limitado e com o avanço tecnológico, as lojas passaram a utilizar também as chamadas mídias sociais ou alternativas (principalmente, Web site institucional, Facebook, Instagram, Whatsapp e Twitter). Através desta pesquisa, constatou-se que estas mídias sociais necessitam de um investimento muito baixo (ou zero) para promover seus produtos e a marca da loja, também possui alto impacto na divulgação de produtos, posicionamento da marca, oferecendo alto fluxo de informações e um rápido *feedback* dos clientes.

**Palavras-chave:** Composto de comunicação de marketing. Mídias sociais. Setor de Vestuário.

[Inscrição: 1308]

## CRIANDO COM O LIXO: UM ESTUDO NETNOGRÁFICO NAS REDES SOCIAIS

Occaso, Bruna A.<sup>1</sup>(IC); Zanette, Maria Carolina.<sup>1</sup>(O); Lima, Gustavo B.<sup>1</sup>(O)  
brunynha\_tva@hotmail.com  
<sup>1</sup>UNIFAFIBE

O aumento desenfreado da produção e do consumo de produtos culminou com o descarte inconsciente dos mesmos, o que influencia no ambiente, na cultura, no consumo e no comportamento do consumidor. Dessa forma, com o objetivo de aprofundar o conhecimento da etapa descarte do processo de consumo e de compreender e explorar a influência da cultura de mercado que descarta e consome produtos de forma ambientalmente e socialmente responsável foi realizada uma pesquisa netnográfica com o intuito de analisar e monitorar o comportamento do consumidor, entender seus hábitos, motivações, atitudes e cultura a respeito do descarte de produtos em redes sociais, além de observar a interação e a comunicação entre consumidores com o mercado e o ambiente. Foram analisados dados a respeito do número de fãs, número de postagens, os comentários realizados pelos próprios consumidores na rede social *Facebook*, especificamente, na página *Alpha* (esta que também possui um *website*), a frequência de postagens e suas motivações. Assim, como resultados principais, verificou-se que houve uma alteração na cultura de consumo e no comportamento do consumidor em relação ao descarte e, que de forma interativa e dinâmica, os próprios consumidores se organizam entre si, principalmente em comunidades, nas redes sociais para se desfazerem de produtos de forma sustentável, não apenas por modismo e, na maioria das vezes, buscam “dar um novo valor” a produtos que perderam sua utilidade, tornaram-se obsoletos ou indesejados. Assim, criou-se uma nova perspectiva de consumo e principalmente, de descarte consciente, interativo e online, criado pelos próprios consumidores em prol da sustentabilidade, da preservação do meio ambiente e do consumo consciente. Conclui-se que esta maneira de descarte tende a aumentar já que a preocupação com o ambiente e o uso frequente da internet e das redes sociais vem sofrendo um aumento significativo ao longo do tempo.

**Palavras-chave:** Descarte sustentável. Comportamento do consumidor. Cultura de mercado. Mídias sociais digitais.

[Inscrição: 1187]

## IMPACTO DO LAYOUT DO VAREJO DE MODA NO COMPORTAMENTO DE COMPRA

Cunha, Viviane C.<sup>1</sup>(IC); Souza, Natália Z.<sup>1</sup>(IC); Zanette, Maria Carolina.<sup>1</sup>(O);  
Lima, Gustavo B.<sup>1</sup>(O)  
viviane.cristina45@gmail.com  
<sup>1</sup>Unifafibe

Diante do cenário da globalização, diversificação dos serviços e de uma competitividade exacerbada, as empresas atualmente buscam diferenciais competitivos, a fim de se manter no mercado e explorar seu potencial crescimento nele. A facilidade e a velocidade de adquirir informações formulam um consumidor meticoloso quanto ao produto e ao serviço prestado, fomentando assim um mercado onde se destacar é necessário e onde ações estratégicas devem ser constantemente formuladas. É notória no contexto contemporâneo a relevância de aplicação do layout de loja, portanto pesquisar sobre o tema quebra paradigmas, auxiliando assim o setor varejista e seus gestores. Pensando nesse aspecto o presente artigo tem por característica informar o valor do layout como ferramenta de gestão estratégica através de uma análise bibliográfica para dimensionar com conceitos: o que é layout, qual a sua importância e como tal influência no processo de decisão de compra. O artigo através de um estudo de caso confirma a necessidade do layout nas variáveis existentes no que se diz a respeito o que, e quanto se pode influenciar o consumidor em sua compra e futura recompra concluindo assim que sua aplicação é primordial para a loja em relação ao volume de vendas, nos resultados e satisfação do lojista. Contudo com as perspectivas do estudo, o artigo revela que o layout é fundamental para a gestão do setor lojista, ou seja, é ferramenta estratégica de gestão que possibilita benefícios para o lojista, uma vez que analisar desde o espaço físico até o tempo de permanência do consumidor mostra as variáveis de seu comportamento perante a compra e subsequentemente o ato de consumir idealizando ao lojista uma maneira eficaz de propor a venda.

**Palavras-chave:** Layout. Marketing. Gestão Mercadológica.

[Inscrição: 1193]

## O MARKETING COMO ESTRATÉGIA DE GESTÃO PARA A FIDELIZAÇÃO DOS CLIENTES

Moraes, Valeria R. D.<sup>1</sup>(G); Silva, Isabela B. F. D.<sup>1</sup>(G); Martinez, Renata D. S.<sup>1</sup>(O)  
valeriammoraes@hotmail.com

<sup>1</sup>UNIFAFIBE

À medida que o mundo avança pelo novo milênio, as organizações se perguntam o que encontrarão pela frente, considerando que não há apenas mudanças, mas uma aceleração delas. Muitas vezes, as empresas não conseguem reconhecer que seus mercados mudam de tempos em tempos. É relevante analisar as exigências do cliente e as forças competitivas, pois alteram significativamente. O panorama econômico atual é moldado por diversas forças e fatores, e no mundo dos negócios, a gestão do tempo, da qualidade e da comunicação é indispensável para o alcance das metas e objetivos traçados pela organização. Nota-se que com as rápidas mudanças que ocorrem no mercado e com a mudança do comportamento do consumidor, o marketing se faz presente em todo o momento, pois a exigência por adoções de técnicas avançadas de pesquisas e projeção para inusitados hábitos de consumo demandam ações para remodelar todo o processo e para ingressar e permanecer em novos mercados. O marketing busca essa ligação entre empresas e clientes, adaptando – se a esse novo consumidor, que está à procura de valor agregado, custo-benefício, qualidade, melhores preços, inovações, sustentabilidade e comodidade para a entrega. As empresas estão atentas a essas transformações e buscam novos métodos para fidelizar clientes e diferenciar seus produtos e serviços no mercado. O presente trabalho se caracteriza pela pesquisa exploratória, buscando investigar e explorar assuntos acerca do tema e dos teóricos encontrados. A pesquisa tem como objetivos demonstrar a relevância do marketing e suas estratégias em prol de melhores resultados. É elementar a busca pela satisfação do cliente e pela melhoria na qualidade dos produtos, concentrando na inovação e criatividade, sendo esse um diferencial competitivo para fidelização do público – alvo.

**Palavras-chave:** Marketing. Clientes. Estratégias. Resultados.

[Inscrição: 1371]

**O MARKETING NO MERCADO DE LUXO BRASILEIRO: CASO DE UM EMPREENDIMENTO NA CIDADE DE BEBEDOURO-SP**

Marini, Gino C.<sup>1</sup>(G); Ruiz, Heloísa . H.<sup>1</sup>(G); Martinez, Renata S.<sup>1</sup>(O)

ginocesarmarini@icloud.com

<sup>1</sup>UNIFAFIBE

O cenário mercadológico nacional possui uma crescente demanda no segmento de luxo. Evidenciando a competitividade em seu meio, torna-se um excelente objeto de pesquisa e estudo. Considerando o ambiente competitivo, as organizações demandam boas práticas de mercado e planos de ação. As empresas precisam transmitir aos clientes uma personalidade e forte proposição de valor, mostrando que se importam com a vida das pessoas e com seus sonhos. O presente trabalho apresenta uma pesquisa bibliográfica exploratória, de natureza qualitativa sob o cunho de um estudo de caso de uma empresa no segmento do luxo, na cidade de Bebedouro/SP, com atuação no mercado de vestuários, e tem como objetivo mostrar a definição do mercado e quais as estratégias de marketing utilizadas pela empresa para conquistar, reter e fidelizar o cliente, a partir da conjuntura socioeconômica contemporânea. O interesse pelo tema se deu diante do seguinte questionamento: "Como e quais as estratégias de marketing estão correlacionadas com a sociedade de consumo atual no mercado do luxo"? A construção desse cenário está vinculada a qualidade, ao design e a capacidade de inovação de seus produtos e serviços. O incentivo e a inserção de ideias inovadoras nesse segmento são considerados como estratégias para aguçar e alavancar os resultados, mesmo frente às crises enfrentadas pelo cenário econômico. Os atributos aplicáveis às estratégias de marketing e as vantagens competitivas, demandam boas práticas de mercado e uma tomada de decisão assertiva, onde o segmento de luxo transmite aos essenciais consumidores agregação de valor e realização de sonhos no ato do consumo.

**Palavras-chave:** Luxo. Mercado. Estratégias. Marketing.

[Inscrição: 1543]

---

## **Gestão e Cidadania:**

### **Políticas Públicas e Direitos Humanos**

---



## A APLICABILIDADE DAS DIRETIVAS ANTECIPADAS DE VONTADE NOS ORDENAMENTOS JURÍDICOS BRASILEIRO E ARGENTINO

Silva, Felipe M. D.<sup>1</sup>(IC); Mabtum, Matheus M.<sup>1</sup>(O)

felipe.malheiro@hotmail.com

<sup>1</sup>UNIFAFIBE

Frente ao avanço tecnológico e medicinal, principalmente com o desenvolvimento de tratamentos que visam manter a vida forçadamente quando o organismo não tem mais condições de reagir, discute-se o direito do paciente manifestar sua vontade em relação a estes em situações de incapacidade. Visando o conhecimento da possibilidade de disposição de tratamentos paliativos para pacientes em fase terminal, tanto no Brasil quanto na Argentina, iniciou-se o desenvolvimento desta pesquisa, através de consulta bibliográfica, realizada no período de intercâmbio acadêmico em 2014, na Universidade FASTA (Mar del Plata/BA-Argentina). A pesquisa abordou o tratamento das diretivas antecipadas de vontade (DAV's) pela legislação argentina e sua aplicabilidade no ordenamento brasileiro. O direito do paciente de receber informações sobre seu estado de saúde, possíveis tratamentos e seus efeitos e a possibilidade de submissão a tais tratamentos é garantido por dispositivos no ordenamento brasileiro, através da Portaria 1820/09 do Ministério da Saúde e do artigo 15 do Código Civil, e argentino, pela Lei 26742/12, Lei de Saúde Pública. Após ciência do seu estado de saúde, o paciente, em pleno gozo de suas faculdades mentais, poderá dispor sobre eventuais cuidados e tratamentos que deseja ou não receber quando estiver impossibilitado de manifestar sua vontade. A possibilidade de elaboração das DAV's na Argentina teve tratamento especial no Novo Código Civil e Comercial, que destinou artigo específico para o tema (artigo 60). No Brasil não há regulamentação jurídica específica, porém em 2012, houve a publicação da Resolução CFM nº 1995/2012, que trata direta e exclusivamente das DAV's. A falta de lei especial pode gerar questionamento sobre a validade dos documentos, e a existência de uma lei poderia regulamentar questões essenciais para sua validade. A possibilidade da elaboração das DAV's no Brasil e na Argentina demonstram avanço importante para o reconhecimento dos princípios da dignidade da pessoa humana e autonomia.

**Palavras-chave:** Diretivas antecipadas de vontade. DAV'S. Ordenamento jurídico.

[Inscrição: 1334]

**A CONSTITUCIONALIDADE DO INSTITUTO JURÍDICO DA REINCIDÊNCIA CRIMINAL**

Cardoso, João P. V.<sup>1</sup>(G); Lima, Rafael C.<sup>1</sup>(O)

jcardoso@gmail.com

<sup>1</sup>*Centro Universitário Unifafibe*

De há muito, a necessidade de se imprimir maior eficácia às punições previstas pelo ordenamento jurídico norteou a atuação do legislador. Visando suprir tal carência criou-se a reincidência, instituto previsto pelo artigo 63 do Código Penal e que significa a prática de crime logo após o trânsito em julgado de sentença que condene por delito anterior. Dessa maneira, acaso seja constatado pelo Estado-Juiz no instante da fixação da pena que o acusado apresenta histórico no crime que não tenha ocorrido há mais de cinco anos, sofrerá inexoravelmente um agravamento em sua pena, o que, por conseguinte, lhe restringirá uma série de benefícios, tidos por direitos públicos subjetivos. Apesar de a discussão não ser recorrente, suscita dúvidas por conta de uma suposta violação a preceitos fundamentais assegurados pela Constituição Federal, notadamente àquele que resguarda o direito à individualização da pena, ou seja, o que preceitua a observância a formas a serem respeitadas pela lei para a execução da reprimenda, bem como àquele que veda a dupla apenação em decorrência de um mesmo fato, já que estaria o primeiro delito repercutindo na fixação da pena do segundo. Nada obstante, demonstra-se com este trabalho, e assim procedendo-se com base no entendimento da Suprema Corte e doutrina brasileiras, que o instituto em nada viola direitos basilares previstos na Carta Política de 1988, porquanto cuida de impingir ao condenado maior censura à sua recalcitrância, ao seu desprezo pelo mandamento legal que exigiu de sua parte a adaptação ao comportamento da pessoa natural comum. Diante disso, conclui-se ser constitucional o instituto, que dá valia as normas jurídicas penais, bem como concreção às finalidades precípua desse gravoso ramo do Direito; quais sejam, prevenir novas incursões delituosas, bem como retribuir o mal causado.

**Palavras-chave:** Instituto. Pena. Constituição Federal. Preceitos fundamentais.

[Inscrição: 1562]

## **A CRIMINOLOGIA APLICADA AO DIREITO PENAL NA SOCIEDADE MODERNA: O CARÁTER SELETIVO DO PROCESSO DE CRIMINALIZAÇÃO DO SISTEMA PENAL.**

Pereira, Selma F.<sup>1</sup>(IC); Ferreira, Isabela N.<sup>1</sup>(IC); Carvalho, Nathan C. B.<sup>1</sup>(O)

selmafernandapereira@gmail.com

<sup>1</sup>*Centro Universitário Unifafibe*

A criminologia é a ciência que analisa o delito como fenômeno social, estuda o processo de criminalização das condutas, ocupando-se da vítima, do controle social e da personalidade do delinquente. Já o direito penal é uma ciência normativa que criminaliza condutas, impondo sanções. Atualmente o segundo não cumpre de forma ativa seu objetivo de controle da criminalidade: as penas aplicadas e sua respectiva execução não tem a finalidade alcançada, qual seja, a diminuição da criminalidade. O presente trabalho possui como objetivo analisar o direito penal, ciência normativa, através do olhar e perspectiva da criminologia, o caráter seletivo do processo de criminalização do direito penal, onde é possível encontrar o perfil das pessoas em cárcere que é formada na maioria das vezes por jovens. Almeja-se estudar o crime como fenômeno social, além do perfil dos encarcerados, a fim de promover a discussão do encarceramento, a seletividade da criminalidade no país e as medidas que podem ser adotadas para a diminuição da reincidência criminosa. Para isso, foi utilizada a pesquisa bibliográfica e a coleta de dados em sites do governo. Observa-se como resultado que a criminologia como ciência estuda o crime e tem finalidade compreender o fenômeno delitivo, visto que a maioria das pessoas presas no nosso sistema penitenciário é jovem. A criminologia pode, por sua vez, compreender tal fenômeno, explicando como entender a sua seletividade e assim trazer apontamentos que são executados pelo direito penal ao normatizar condutas e estabelecer que as sanções penas sejam eficazes. Conclui-se que a criminologia, como estudo do fenômeno social, ajuda o direito penal a diminuir a criminalidade, destacando-se que a pena não está atingindo os fins de controle social almejados, sendo útil a criminologia para analisar o crime, bem como a aplicação de ambos em conjunto.

**Palavras-chave:** criminologia. sistema penal. direito penal.

[Inscrição: 1383]

## **A IMPLEMENTAÇÃO DA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA E OS REFLEXOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO.**

Pereira, Selma F.<sup>1</sup>(IC); Ferreira, Isabela N.<sup>1</sup>(IC); Carvalho, Nathan C. B.<sup>1</sup>(O)  
selmafernandapereira@gmail.com  
<sup>1</sup>*Centro Universitário UNIFAFIBE*

A audiência de custódia está prevista em pactos internacionais como o Pacto San José da Costa Rica e o Internacional de Direitos civis e políticos, bem como na convenção interamericana de Direitos humanos. Ela teve a sua inserção no ordenamento jurídico brasileiro em fevereiro deste ano. Possui como característica a garantia da apresentação do preso à um juiz em 24 horas, nos casos de prisões em flagrante. No ato da apresentação, o juiz analisará a prisão sob o prisma da legalidade, da necessidade e da adequação da continuidade da prisão ou da eventual concessão de liberdade, analisando-se ainda, a necessidade ou não da imposição de outras medidas cautelares. O magistrado poderá avaliar também eventuais ocorrências de tortura ou de maus-tratos, entre outras irregularidades da prisão. Sendo assim, o presente trabalho tem como objetivo analisar a implementação e os reflexos que referida audiência trará no ordenamento jurídico. Com isso, fora utilizado a pesquisa bibliográfica para a realização do mesmo. Observa-se como resultado os rumos que a implementação da audiência de custódia trouxe para o ordenamento jurídico, já que mudará o cenário da prisão em flagrante, visto que não era necessária a apresentação do preso, mas somente dos autos da prisão em flagrante no prazo de 24 horas. Atualmente, fica impossível o controle, pelo juiz, das prisões arbitrárias e maus tratos. Com a implementação, modificará este cenário, ressaltando-se que a falta desta apresentação, colocará o preso imediatamente em liberdade, por tornar-se uma conseqüente prisão ilegal. Conclui-se que a implementação da audiência de custódia, irá trazer novos rumos ao sistema brasileiro, tendo em vista que é ferramenta garantidora de direitos constitucionais, ela irá ajustar o processo penal brasileiro aos tratados e pactos internacionais, e irá atuar como ferramenta de prevenção da tortura e maus tratos, evitando prisões ilegais, arbitrárias ou desnecessárias.

**Palavras-chave:** Audiência de custódia. Ordenamento Jurídico. Processo Penal.

[Inscrição: 1385]

## **A IMPORTÂNCIA DO DIREITO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: ATOS ADMINISTRATIVOS**

Martins, Igor G.<sup>1</sup>(G); Mabtum, Matheus M.<sup>1</sup>(O)  
igor\_plangustavo@hotmail.com  
<sup>1</sup>UNIFAFIBE

A importância do Direito Administrativo na regulamentação das ações da administração Pública do Brasil e como este se estabeleceu no país. Também será abordado como se dá a constituição da Administração Pública e definição de seus Atos administrativos. Desde que o Brasil passou a ser uma democracia, o Direito Administrativo vem conquistando sua importância, sendo este imprescindível como diretriz da atividade administrativa do país e como instrumento de controle da mesma. Pois a Administração deve ser em prol da sociedade como um todo. Essa regulamentação hoje é feita por meio dos Atos Administrativos com a finalidade de adquirir, resguardar, transferir, modificar, extinguir e declarar direitos, ou impor obrigação aos administrados ou a própria administração. Há uma diferença muito grande entre o Ato e o Fato Administrativo. Isso porque o Ato se caracteriza como direcionador e regulador do que deve ser feito, já o Fato se caracteriza pela ação efetiva do ato. Para que o Ato Administrativo seja perfeito e válido deve estar presente seus elementos e requisitos que o caracterizam caso contrário, poderá ser anulado mediante requisição da parte que se sentir lesada (sociedade), por improbidade administrativa ou, ainda por mandado de segurança. Os cinco elementos que caracterizam o Ato Administrativo para que este seja válido são: competência, finalidade, forma, motivo e objetivo. O ponto primordial do Ato Administrativo é satisfazer o interesse público, mas cada Ato tem uma finalidade específica que deve ser respeitada para atingir seu objetivo. Todo e qualquer ato poderá ser anulado quando não satisfizer o interesse público. Atualmente vemos que o Estado vem sendo cada vez mais cobrado pela sociedade para que seus atos seja cada vez mais eficiente, ou seja, menos corrupta e mais transparente com o real objetivo de propiciar o bem comum da sociedade como um todo.

**Palavras-chave:** Direito Administrativo. Administração Pública. Atos Administrativos.

[Inscrição: 1511]

## A JUDICIALIZAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS E OS LIMITES DO ATIVISMO JUDICIAL

Silva, Alais A.<sup>1</sup>(G); Silva, Felipe M.<sup>1</sup>(G); Lima, Rafael C.<sup>1</sup>(O)  
alais.silva@live.com  
<sup>1</sup>UNIFAFIBE

Os direitos sociais são aqueles classificados pela doutrina como *direitos fundamentais de segunda dimensão*. São direitos que impõe ao Estado a obrigação de fazer, de agir, de implementar na sociedade, políticas públicas visando a igualdade dos hipossuficientes. Nesse prisma, são direitos estritamente correlatos à dignidade da pessoa humana. Tais direitos surgem como mecanismo de redução da desigualdade, propondo ao Estado a obrigação de garantir aos seres humanos os direitos básicos para a sobrevivência com dignidade, o que se denomina de *mínimo existencial*. O presente trabalho teve por finalidade investigar a eficácia das normas definidoras de direitos sociais, diante o disposto no § 1º, do art. 5º, da Constituição Federal, bem como a transformação do cenário jurídico, na transição do Estado-Liberal para o Estado-Constitucional, que acabou por incorporar às normas, os princípios, que antes possuíam somente valor axiológico e não normativo. Dedicou-se também, a fazer um estudo sobre a atuação do Poder Judiciário, como corresponsável pela implementação dos direitos sociais, dentro do panorama da teoria da separação dos poderes, diante a omissão dos Poderes Públicos. Isto porque, as normas definidoras de direitos sociais, sobretudo as de direito prestacionais, são normas de eficácia limitada, em que pese o § 1º do art. 5º, da Constituição Federal conferir às normas de direitos e garantias fundamentais aplicação imediata. Isso significa que o exercício de tais direitos depende essencialmente da atuação do Poder Público, seja através de ato legislativo, regulamentando o próprio direito insculpido na norma constitucional, seja pelo Poder Executivo, dedicando recursos financeiros para a implementação de políticas públicas necessárias para a implementação dos direitos de segunda dimensão. Assim, conclui-se o Poder Judiciário somente agirá em prol da coletividade, diante da omissão do Poder Legislativo ou descaso do Poder Executivo, de maneira que estes acarretem uma inconstitucionalidade, por frustrarem o objetivo constitucional de implementação dos direitos fundamentais.

**Palavras-chave:** Direitos Sociais. Judicialização. Ativismo. Poder Executivo. Poder Legislativo.

[Inscrição: 1559]

## A PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

Ravagnani, Christopher A.<sup>1</sup>(PG); Oliveira, José C.<sup>1</sup>(PG); Oliveira, José C.<sup>1</sup>(O)  
car.advogado@hotmail.com

<sup>1</sup>*UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"*

A Lei Federal n. 9.433/97, denominada Lei das Águas, instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos, tendo como um de seus fundamentos o reconhecimento da gestão descentralizada dos recursos hídricos, prevendo a participação dos usuários e das comunidades, caracterizador da nova mudança de paradigmas no gerenciamento hídrico no Brasil. Desta feita, o presente trabalho teve o objetivo de tratar da participação popular na gestão dos recursos hídricos, com vistas à efetivação da cidadania, utilizando-se o método dedutivo bibliográfico. Com efeito, a Política Nacional de Recursos Hídricos adotou um modelo descentralizado e participativo de gerenciamento de recursos hídricos, colocando o Brasil como um dos inovadores nessa matéria. Vale ressaltar que a Agência Nacional de Águas - ANA, agência reguladora do setor disponibiliza em seu sítio eletrônico cursos e seminários gratuitos sobre recursos hídricos para promover a capacitação e a conscientização da sociedade brasileira sobre a necessidade da conservação, uso racional, bem como participação cidadã na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos. Desse modo, referidas medidas devem ser amplamente divulgadas pelos canais de comunicação, internet, rádio, televisão, universidades, com vistas a criar uma educação sobre recursos hídricos, de modo que a previsão da participação popular possa de fato ser efetivada e exercer uma função útil aos usuários e consumidores. Enfim, a relevância do tema é tão grande que a Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou o período de 2005 a 2015 como a “Década Internacional para a Ação Água para a vida” Resolução A-RES-57-254. Desta feita, conclui-se que a Lei das Águas foi inovadora e adotou um modelo descentralizado, incluindo a participação dos usuários e comunidades na gestão hídrica, contudo, verifica-se que referida previsão legal ainda carece de melhor efetivação, podendo tal fato ser atribuído ao precário acesso à informação e capacitação técnica destes atores sociais.

**Palavras-chave:** Política Públicas. Recursos hídricos. Cidadania.

[Inscrição: 1433]

## A PARTICIPAÇÃO POPULAR NOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO

Ravagnani, Christopher A.<sup>1</sup>(PG); Oliveira, José C.<sup>1</sup>(PG); Oliveira, José C.<sup>1</sup>(O)  
car.advogado@hotmail.com

<sup>1</sup>UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

A Lei Federal n. 11.445, de 5 de janeiro de 2007 - marco regulatório do saneamento básico – estabeleceu, dentro de seus princípios fundamentais, o controle social dos serviços públicos de saneamento básico, compreendido o conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade participações nas políticas públicas de saneamento básico. Portanto, com o objetivo de analisar o princípio fundamental do controle social dos serviços de saneamento básico, desenvolveu-se o presente estudo na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, Franca-SP, utilizando-se o método dedutivo bibliográfico. A Lei Federal n. 11.445 prevê a participação popular na elaboração e revisão dos Planos Municipais de Saneamento Básico, por meio de audiências e consultas públicas. Os temas de interesse da população no processo regulatório não se limitam apenas ao acesso aos serviços de saneamento básico, mas também a qualidade da água, a pressão da água, a continuidade do serviço, bem como a sustentabilidade das fontes de abastecimento. Neste sentido, a participação popular nos processos regulatórios, apresenta-se como elemento essencial, mormente quando a decisão da agência reguladora afetar direitos fundamentais, bem como com vistas a diminuir a possibilidade de captura do ente regulador, quer pela empresa regulada, quer pelo ente político. Ademais, após 31 de dezembro de 2015, a existência de Plano de Saneamento Básico elaborado pelo titular dos serviços será condição para o acesso a recursos orçamentários da União ou a recursos de financiamentos geridos ou administrados por órgão ou entidade da administração pública federal, quando destinados a serviços de saneamento básico. Desta feita, conclui-se que referido diploma legal trouxe um grande avanço democrático ao prever a participação popular nas políticas públicas de saneamento básico, embora com um pouco de timidez ao estabelecer os mecanismos concretos para sua realização.

**Palavras-chave:** Política Públicas. Saneamento Básico. Cidadania.

[Inscrição: 1431]



## **A RECONSTRUÇÃO DO PODER NACIONAL RUSSO ATRAVÉS DAS POLÍTICAS ENERGÉTICA, MILITAR E EXTERNA NO PÓS-GUERRA FRIA**

Abib, Salomão<sup>1</sup>(G); Pepe, Prof. M. L. L.<sup>2</sup>(O)  
salomao.abib@hotmail.com

<sup>1</sup>*Centro Universitário UNIFAFIBE*; <sup>2</sup>*Centro Universitário Moura Lacerda*

A Rússia é uma das 15 ex-repúblicas soviéticas que surgiram no pós-Guerra Fria na década de 1990. O antigo Estado soviético, que foi uma das duas superpotências mundiais, desapareceu e com este o poder nacional russo foi reduzido a patamares críticos que resultaram na submissão de Moscou aos interesses de outras nações. Essa situação gerou um isolamento da Rússia nas grandes questões e decisões mundiais além de, internamente, o país passar por instabilidade política, corrupção espalhada em toda a sociedade, concentração de riqueza e radicalização de conflitos étnicos até então inexistentes ou mesmo congelados pela antiga superpotência. Com o objetivo de entender o processo de reorganização do Estado e da sociedade russa e a reconstrução do poder nacional que levaram o país, novamente, a ter uma maior atuação no cenário mundial, desenvolveu-se a presente pesquisa no Centro Universitário Moura Lacerda em Ribeirão Preto/SP. Os dados e informações para a construção deste trabalho foram obtidos através de análises de documentos do Estado russo, artigos e livros de pesquisadores nacionais e de *think tanks* europeus, agências governamentais estrangeiras e organizações internacionais. Constatou-se que com a combinação de políticas estatais nas áreas energética (A Rússia é um dos maiores produtores mundiais de gás e petróleo além de possuir grandes reservas), militar (O país é uma potência nuclear e possui uma das maiores forças armadas do mundo que vêm sendo modernizadas em direção ao modelo de potências Ocidentais) e externa (As relações externas do país saíram de uma posição de submissão assumida durante a década de 1990 para uma mais ativa e atuante), a Rússia foi capaz de manter sua esfera de influência regional e, novamente, sustentar suas posições perante a comunidade internacional.

**Palavras-chave:** Rússia. Políticas de Estado. Poder nacional.

[Inscrição: 1447]

## **A SUPERACÃO DOS REGIMES AUTORITÁRIOS E A CONSTRUÇÃO DE DEMOCRACIAS VOLTADAS PARA OS DIREITOS HUMANOS NO CONE-SUL DA AMÉRICA LATINA**

Silva, Marina R.<sup>1</sup>(PG); Neto, José D.<sup>1</sup>(O)  
ma\_ribeiros@hotmail.com

<sup>1</sup>*Faculdade de Ciências Humanas e Sociais*

Os países do Cone Sul da América Latina experimentaram períodos de ruptura da ordem democrática ao longo do século XX, em um panorama internacional de recrudescimento da Guerra Fria. Embora os regimes ditatoriais instaurados na região tenham-se diferenciado em termos de duração temporal, legalidade autoritária, força dos grupos de oposição ao regime, etc., a perseguição e a repressão aos opositores políticos, em diferentes níveis de intensidade e magnitude, estiveram presentes em todos esses regimes. O colapso da União Soviética ensejou, como em um efeito-dominó, processos simultâneos de democratização em diversas partes do mundo. A América Latina passou a vivenciar um movimento de retomada dos direitos humanos, que se estendeu por anos. É isto que se buscou estudar no presente trabalho, ou seja, como se deu a construção das democracias pautadas nos ideais de direitos humanos, superados os regimes autoritários que assolaram a região durante as décadas de 1960, 1970 e 1980. Utilizamos, para tanto, o método dedutivo bibliográfico. O movimento engajado com direitos humanos foi primordial nos processos de consolidação democrática que ocorreram no Cone Sul da América Latina ao longo das duas últimas décadas. Na região, a diligência das vítimas das ditaduras militares de segurança nacional para a obtenção de verdade e justiça configurou um dos alicerces em torno do qual giraram as transições pós-ditatoriais – a partir daí, as organizações de direitos humanos ampliaram sua esfera de influencia inicial, passando a participar de forma decisiva em questões extremamente heterogêneas, como a luta contra a pobreza, contra a desnutrição infantil, contra a corrupção, dentre outras. Os próprios governos, antes cerceadores de tais direitos, começaram lenta e controversamente, a promover a defesa desses princípios, abrindo a oportunidade de trabalhar pela inclusão da perspectiva de direitos na formulação, no projeto e na aplicação de políticas públicas.

**Palavras-chave:** Direitos humanos. Processo transicional. Políticas Públicas.

[Inscrição: 1323]

## **A VIABILIDADE DA APLICAÇÃO DAS DIRETIVAS ANTECIPADAS DE VONTADE NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO**

Silva, Aláís A.<sup>1</sup>(IC); Mabtum, Matheus M.<sup>1</sup>(O)

alais.silva@live.com

<sup>1</sup>UNIFAFIBE

O progresso da medicina fomenta a área jurídica, fato este que originou as Diretivas Antecipadas de Vontade. As DAV são representadas pelo testamento vital e mandato duradouro, e tratam da possibilidade de todas as pessoas deixarem por expreso os cuidados, tratamentos e procedimentos que desejam e aceitam serem submetidas quando já não estiverem em pleno gozo de suas faculdades mentais, vítimas de uma doença degenerativa, terminal e ameaçadora, da qual nenhum tratamento logrará êxito e mesmo assim submeterá o paciente a um sofrimento inútil. Ante o argumento de melhoria de qualidade de vida e bem estar dos pacientes, os médicos utilizam de métodos invasivos para iludir os pacientes para uma (im)possível imortalidade. A maioria das pessoas identifica a morte como algo natural, sendo uma inevitável consequência da própria vida. No entanto, atualmente, as evoluções das pesquisas científicas estão trazendo à tona a possibilidade de prolongar a vida o tanto quanto possível, e tal posição perante a morte, implica na necessidade do estabelecimento de limites éticos e jurídicos à atuação da ciência em valorizar a vida artificial sobre a natural. A elaboração de pesquisas e legislações específicas a respeito vem evoluindo neste sentido em todo cenário mundial, o que instiga a necessidade de tal regulamentação em âmbito nacional. Em uma análise crítica à biografia referente ao tema, aos princípios da bioética e biodireito e das jurisprudências disponíveis, observa-se que o desejo de morrer dignamente é almejado por todos, e condiz diretamente com o objetivo das DAV. Com regulamentação esperada, obteremos a base necessária para arguir tais direitos e nos livrarmos da obstinação terapêutica insensata que nos é instigada atualmente. A busca incessante pela vida faz com que a morte, momento tão importante quanto, passe desvalorizado, o que não pode ser permitido, para se prezar uma vida nobre e uma morte digna.

**Palavras-chave:** Diretivas Antecipadas de Vontade. Morte Digna. Viabilidade Jurídica. Testamento Vital. Mandato Duradouro.

[Inscrição: 1415]

## **ANALISE DAS ESTRATEGIAS DE TREINAMENTO DE UMA EMPRESA DO SETOR SUCRO-ALCOOLEIRO**

Miranda, Alessandra A.<sup>1</sup>(PG); Lellis, Vanessa D. S. S.<sup>1</sup>(PG); Jorge, Rodrigo <sup>1</sup>(PG); Oliveira, Joao P. L. D.<sup>1</sup>(O)

aux-dp@usinapitangueiras.com.br

<sup>1</sup>CENTRO UNIVERSITARIO UNIFAFIBE

O setor de Recursos Humanos (RH), quando bem-estruturado, é elemento crucial no combate à concorrência. O treinamento é considerado um meio de desenvolver competências nas pessoas para que se tornem mais produtivas criativas e inovadoras, a fim de ajudar a empresa e contribuir para se tornar cada vez mais competitiva. O objetivo desse estudo foi analisar como se dá o treinamento de pessoas em uma empresa do setor sucroalcooleiro. Sendo assim o treinamento é uma fonte de lucratividade ao permitir que as pessoas contribuam efetivamente para os resultados do negócio. Pois não são suficientes somente poucos colaboradores estarem envolvidos e sim todos engajados a trabalhar por um mesmo objetivo, qualificados e capacitados para bons resultados. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com dois funcionários do RH de uma organização da área. Os dados foram analisados a partir do modelo de Gestão de Pessoas por Competências. Observou-se que na organização-alvo, existe uma tentativa de mapeamento das competências, assim como há grande investimento em treinamentos. Entretanto, foi possível perceber que eles ainda não ocorrem em sintonia com o mapeamento das competências, ocorrendo de modo aleatório. Todavia, observou-se que a empresa está em processo de mudanças, demonstrou alguns avanços e visa se aproximar ainda mais do que é esperado pelo modelo de Gestão de Pessoas por Competências. Nesses termos, o treinamento é uma maneira eficaz de agregar valor às pessoas, à organização e aos clientes. Por isso pessoas treinadas aumentam a produtividade e consequentemente o lucro da organização. Já na parte de desenvolvimento, pode se entender como um conceito mais abrangente, no que se refere a estimular o crescimento pessoal dos colaboradores.

**Palavras-chave:** GESTAO DE PESSOAS POR COMPETENCIAS. SETOR SUCROALCOOLEIRO. TREINAMENTO DE PESSOAS.

[Inscrição: 1405]

## DEMARCAÇÕES TERRITORIAIS INDÍGENAS À LUZ DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS: A (IN) CONSTITUCIONALIDADE DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO NÚMERO 215.

Ferreira, Isabela N.<sup>1</sup>(IC); Pereira, Selma F.<sup>1</sup>(IC); Santos, Patrícia A. M.<sup>1</sup>(O)  
inataniferreira@gmail.com

<sup>1</sup>*Centro Universitário Unifafibe*

Ao observar a realidade factual dos povos indígenas no Brasil, nota-se a ausência de respeito com as garantias fundamentais dadas aos mesmos pela Constituição Federal de 1988. Para melhor explorar referida realidade, é possível analisar a carta conduzida pela tribo Guarani Kaiowá ao governo e a Justiça Federal, informando suposto suicídio coletivo quando a Justiça de Naviraí (MS) decretou ordem de despejo aos mesmos. Não obstante, o ultraje se sobressai com o Projeto de Emenda à Constituição Federal número 215, que afasta do Executivo e entrega ao Congresso a aptidão de aprovar as demarcações das Terras dos povos Indígenas. A aprovação da PEC 215, na visão dos indigenistas, é interpretada como o término de quaisquer demarcações. Ressalta-se, contudo, que em eventual aprovação da PEC, dever-se-á propor Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal (STF), possuindo efeito erga omnes e ex tunc. As violações dos direitos fundamentais e territoriais seria um retrocesso nas conquistas em favor dos povos indígenas. No que tange a metodologia do presente trabalho, utilizou-se pesquisas jurisprudenciais, analisou-se decisões do Supremo Tribunal Federal e tribunais inferiores, bem como houve a análise de doutrinas de notório conhecimento jurídico. Por fim, conclui-se que as demarcações das terras fazem-se necessárias para o respeito aos inerentes direitos fundamentais indígenas como, por exemplo, a dignidade da pessoa humana (Art. 1, III da CF/88). Ademais, além das demarcações territoriais, para o alcance aos direitos constitucionais indígenas, nota-se o cumprimento do Art. 231 da Carta Constitucional, reconhecendo aos índios sua “organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam” (grifo nosso), além de observar a indispensabilidade da estima ao etnodesenvolvimento.

**Palavras-chave:** Proposta de Emenda à Constituição. Indígenas. Direitos Fundamentais.

[Inscrição: 1274]

**DIREITO AO ESQUECIMENTO: AFASTAMENTO DA ALEGAÇÃO DE FRAUDE NO CASAMENTO DO TRANSEXUAL E DO INTERSEXUAL**

Silva, Marina R.<sup>1</sup>(PG); Neto, José D.<sup>1</sup>(O)  
ma\_ribeiros@hotmail.com

<sup>1</sup>*Faculdade de Ciências Humanas e Sociais*

O sexo de nascimento, o denominado sexo biológico, é uma esfera demasiadamente estreita para explicar os papéis sociais atribuídos ao homem e à mulher. Desta forma, surge o gênero como uma categoria de análise das ciências sociais, questionando a conjecturada essencialidade da diferença dos sexos. Sob uma perspectiva de gênero, as características especificamente masculinas e femininas não são mais do que produtos de construções históricas, culturais, sociais e políticas. Paralelamente a isto, temos que uma das camadas que constituem a sexualidade de uma pessoa é a sua orientação sexual. As sociedades vêm sendo, há séculos, implacáveis com a sexualidade humana – ela permanece, ainda hoje, como alvo predileto do controle e da vigilância sociais. Um dos grandes desafios dos nossos dias talvez seja o de compreender que as demarcações e os limites sexuais e de gênero tem sido constantemente traspassados, e que o lugar social no qual alguns sujeitos escolhem viver é justamente na fronteira. O objetivo deste trabalho é apreender como a teoria do direito ao esquecimento pode contribuir para que se afaste a alegação de fraude no casamento do transexual e do intersexual. Para que tal objetivo pudesse ser alcançado, utilizamos o método dedutivo bibliográfico. A doutrina majoritária do ramo do direito de família imagina a seguinte hipótese: um parceiro desconhece a condição de transexual ou de intersexual de seu convivente, tendo-o como pertencente ao sexo registral, e com ele contrai matrimônio. Caso descubra que o parceiro nasceu com outro sexo biológico, pode questionar o casamento e sua higidez, bem como tentar anular o ato sob o fundamento de haver erro essencial sobre a pessoa ou fraude. Concluímos que o transexual que se submeteu à redesignação cirúrgica e cível tem o direito ao esquecimento de seu estado anterior, não possuindo o dever de expor sua vivência a outrem.

**Palavras-chave:** Direito ao esquecimento. Fraude. Casamento. Transexual. Intersexual.

[Inscrição: 1324]

## ÉTICA E RESPONSABILIDADE SOCIAL NAS EMPRESAS COMO VANTAGEM COMPETITIVA

Sarti, Josianeaparecida<sup>1</sup>(G); Barbosa, Natalia H.<sup>1</sup>(G); Mabtum, Matheus M.<sup>1</sup>(O)  
josianesartiadm@gmail.com  
<sup>1</sup>Unifafibe

As organizações são responsáveis por contribuir com a melhora contínua da sociedade em que se encontram inseridas e da qual obtém seu lucro, cabendo-lhes devolverem a essa sociedade os benefícios que dela recebem, tendo como objetivo, a maximização dos efeitos positivos e a minimização dos efeitos negativos que causam na sociedade, ou seja, a obtenção da vantagem competitiva. O objetivo deste artigo é verificar se vale a pena as empresas investirem em ética e responsabilidade social para alcançarem a vantagem competitiva. Para isto, apresentou-se o conceito de ética e de responsabilidade social, na visão de alguns autores; abordou-se a ética e a responsabilidade social como vantagem competitiva para as empresas; elaborou-se uma análise de dados em uma cooperativa agropecuária do estado de São Paulo, buscando conhecer como a referida empresa alcança vantagem competitiva, por meio da destinação adequada das embalagens de agrotóxicos que comercializa. O método empregado foi uma pesquisa bibliográfica, descritiva, de natureza qualitativa, cujos dados foram obtidos por meio de observação participante. Os resultados mostraram que a Cooperativa estudada preza pela ética e responsabilidade social, buscando devolver à sociedade, os benefícios obtidos nela, através de ações sociais, as quais melhoram a imagem da empresa e, conseqüentemente, a sua vantagem competitiva, diante de seus concorrentes. Conclui-se, que vale a pena investir em ética e responsabilidade social pois, a referida Cooperativa, através de vários programas sociais, dentre eles, o Dia do Campo Limpo, tem preservado a saúde do homem do campo, da água e do solo, enfim, do meio ambiente. Este comportamento de responsabilidade social tem retornado para a empresa em forma de solidez, de valores, de retornos financeiros, de reconhecimento e melhoria cada vez mais de sua imagem diante de seus associados, colaboradores, fornecedores e comunidade. Sendo assim, a Cooperativa estudada é uma empresa socialmente responsável, cujos benefícios são evidentes.

**Palavras-chave:** Ética. Responsabilidade Social. Vantagem Competitiva.

[Inscrição: 1440]

## O DEVER DE FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS QUE DECRETAM AS PRISÕES CAUTELARES COM GARANTIA FUNDAMENTAL DO SER-HUMANO

Júnior, Aldemir P. C.<sup>1</sup>(G); Lima, Rafael C.<sup>1</sup>(O)

junior\_carvalhop@hotmail.com

<sup>1</sup>*Centro Universitário UNIFAFIBE*

A prisão cautelar é uma das instituições mais polêmicas do sistema penal vigente, tendo em vista a colidência entre os interesses do Estado em garantir a efetividade do processo penal, bem como os direitos fundamentais do acusado, como também os interesses do particular quanto à sua liberdade. É inegável que a prisão de natureza cautelar representa a ingerência estatal na liberdade individual, garantida não só no plano normativo interno como também pelas Convenções Internacionais. Por ser uma medida excepcional, a decisão que decreta uma medida cautelar constritiva de liberdade, por força de disposição constitucional e infraconstitucional, necessita de fundamentação idônea, onde o Magistrado obriga-se a demonstrar com elementos concretos a necessidade e a adequação de tal medida, consoante o que se encontra previsto na legislação processual vigente, sobretudo após a Lei nº. 12.403/2011. Com o presente trabalho, objetivou-se, inicialmente, esclarecer aspectos conceituais, processuais, e constitucionais acerca do instituto da motivação das decisões judiciais, o que proporcionou o entendimento doutrinário, para então buscar uma identificação com o Direito Processual Penal sob o prisma do constitucionalismo contemporâneo. Ainda, procedeu-se também a análise de decisões proferidas em primeira instância, bem como pelos Tribunais, com a finalidade de verificar o cumprimento do comando constitucional e legal, tecendo, inclusive, críticas quanto à padronização dessas decisões. É certo que o dever de motivação está inserido pela doutrina contemporânea na órbita dos direitos fundamentais, como mecanismo para assegurar o direito de defesa, sendo qualquer decisão contrária a tais postulados consideradas, inclusive, pela Convenção Americana de Direitos Humanos, como arbitrárias, por atingir o direito à liberdade. Após a análise de todo o referencial teórico, bem como de julgados colacionados, constatou-se a deficiência, em grande escala desse dever normativo, diante as motivações tautológicas ou por meio de repetições de determinadas fórmulas reiterativas dos textos normativos.

**Palavras-chave:** Prisões Cautelares. Motivação. Direitos Fundamentais.

[Inscrição: 1517]



## O DIREITO AO SALÁRIO-MATERNIDADE NA REPRODUÇÃO ASSISTIDA ATRAVÉS DA TÉCNICA DE GESTAÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO

Bernardes, Joana C. P.<sup>1</sup>(PG); Bernardes, Joana C. P.<sup>1</sup>(O)  
joana.p@terra.com.br  
<sup>1</sup>UNIFAFIBE

Após o plenário do Supremo Tribunal Federal, na sessão de julgamento de 5 de maio de 2011, ter reconhecido e qualificado como entidade familiar a união estável homoafetiva (ADI 4.277 e ADPF 132), o Conselho Federal de Medicina editou normas relativas às técnicas de Reprodução Humana Assistida, com a finalidade de harmonizar o uso desta técnica com os princípios da ética médica (Resolução CFM nº 2.121/2015). Dentre outros assuntos que a referida resolução disciplina, o que interessa ao presente trabalho é a reprodução assistida através da utilização da gestação de substituição, que é permitida desde que exista um problema médico que impeça ou contraindique a gestação na doadora genética ou em caso de união homoafetiva. Embora a regulamentação na área da medicina esteja em vigor há algum tempo, com a utilização cada vez mais frequente desta técnica para realização do sonho de ser mãe ou pai, nota-se que o ordenamento jurídico não tem acompanhado com a mesma rapidez os fatos decorrentes desta técnica e que muitas dúvidas e conflitos podem surgir. Um deles é o direito ao salário-maternidade na reprodução assistida através da gestação de substituição, pois haverá duas mulheres com hipotéticos direitos ao recebimento do referido benefício. A doadora temporária do útero poderia pleitear seu direito por ter sofrido todas as modificações físicas inerentes à gestação e a mãe biológica poderia tentar exercer este direito considerando que, além da recuperação física decorrente da gestação, outro objetivo do salário-maternidade é a criação de laços afetivos entre mãe e filho, como ocorre na concessão do referido benefício em caso de adoção. Este é o objetivo deste trabalho de pesquisa: estudar o salário-maternidade como direito de qual das mulheres envolvidas na gestação de substituição.

**Palavras-chave:** DIREITO. GESTAÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO. SALÁRIO-MATERNIDADE.

[Inscrição: 1490]

## O RECONHECIMENTO DAS UNIÕES POLIAMORISTAS COMO FORMA DE CORREÇÃO DE UMA INCONSTITUCIONALIDADE

Câmara, Natiele P.<sup>1</sup>(G); Mabtum, Matheus <sup>1</sup>(O)

natiele\_camara@hotmail.com

<sup>1</sup>*Centro Universitário UNIFAFIBE*

O poliamorismo é uma espécie de união em que existem dois ou mais relacionamentos afetuosos concomitantes, situação em que os integrantes desse vínculo compõem uma unidade familiar, visto que há o convívio e aceitação de uns com os outros. Os participantes dessa relação múltipla e aberta empenham-se na felicidade pessoal, maiormente em pautar-se na afetividade e não em se restringir à praxe social da monogamia. Dessa forma, com o objetivo de corrigir uma inconstitucionalidade, produz-se o presente estudo no Centro Universitário UNIFAFIBE, Bebedouro, SP, cujo escopo é o reconhecimento das uniões poliamoristas. Ressalta-se a importância da admissão do poliamorismo não apenas para o direito de família, bem como, para outros ramos em que surtirá efeitos, como o sucessório e o previdenciário. Além disso, salienta-se que não há empecilhos para a legalização dessas uniões, uma vez que são relacionamentos contínuos e duradouros e que não estão eivados de ilegalidade ou inconstitucionalidade, não podendo ser confundidos com os casos de bigamia, sendo assim, aos partícipes desse novo modelo de família devem ser atribuídos direitos e obrigações. Portanto, considera-se que para o Estado devem existir limites de intervenção na autonomia privada, de modo que a todas as pessoas sejam conferidos tratamentos igualitários e humanitários, para que seja tolhida a ratificação da injustiça, e, conseqüentemente haja o respeito à liberdade de escolha e a compreensão de que a máxima do poliamorismo é norteada pela afetividade, destarte, deve haver uma interpretação constitucional para que esse modelo familiar seja situado em um núcleo não apenas legítimo, mas acima de tudo protetivo.

**Palavras-chave:** Direito de Família. Poliamorismo. Uniões. Reconhecimento.

[Inscrição: 1169]

**POLÍTICA CRIMINAL E A RELATIVIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NUM OLHAR CRÍTICO DA FALÊNCIA PENAL**

Neves, Bruno H.<sup>1</sup>(G); Próprio, Trabalho <sup>2</sup>(O)

bhn.advogado@hotmail.com

<sup>1</sup>FAFRAM; <sup>2</sup>prejudicado

Em pleno século XXI, tem-se ainda, o medieval sistema prisional, de modo que a política criminal brasileira encontra-se fundamentada em falácias perpetuadas pelo senso comum e por uma cultura de manuais, de modo que há uma grande crise entre direitos humanos e encarceramento em massa. Desta feita, através de um olhar crítico e alternativo, mediante uma perspectiva dialética, este trabalho teve por objetivo denunciar as falácias do Direito Penal e da pena, bem como suas irreversíveis consequências. Com efeito, a resposta para a alta da violência, seja ela real ou imaginária, o que já não importa, pois mesmo que imaginária, já se tornou real, tem sido a mesma, qual seja, o aumento das penas, o aumento de tipo penal, o que caracteriza, segundo Salo de Carvalho, a chamada pan-penalização. Percebe-se que se encontra enraizada no subconsciente coletivo, através do senso comum, a falsa ideia de que a criminalidade se dá pela impunidade. Ora, o Brasil é o terceiro país do mundo que mais encarcera seus cidadãos, a população carcerária proporcionalmente tem crescido espantosamente mais do que a população do país. Tem-se que esta resposta falsa é uma tentativa de simplificar um fenômeno complexo. Consequentemente exsurge da chamada pan-penalização, consequências irreversíveis como o projeto de Redução de Maioridade Penal, novos tipos penais, a degolação do princípio da presunção de inocência através de prisões provisórias cada vez mais arbitrárias.. Assim, frente às mentiras do Direito Penal e da Pena, uma vez que ela não previne a criminalidade, não ressocializa o infrator, faz-se necessário discutir a prisão não mais pelo que ela diz ser, mas sim pelo que ela é. Deste modo, o presente trabalho traz um pensamento alternativo, exótico e abolicionista quanto a uma Política Criminal minimamente intervencionista, com os olhos no meio dia de Nietzsche, visando o enfraquecimento do monstruoso poder penal.

**Palavras-chave:** Política pública criminal. Direitos Humanos. Direito Penal.

[Inscrição: 1503]

## **POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À FOME: TUTELA JURÍDICO-ESTATAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS COMO MEIO PARA A GARANTIA DO DIREITO À ALIMENTAÇÃO**

Cardozo, Fernanda A.<sup>1</sup>(PG); Marchetto, Patrícia B.<sup>1</sup>(O)

fer.antoca@gmail.com

<sup>1</sup>UNESP

O Brasil, apesar de signatário de Acordos Internacionais que intentam sanar a fome mundial e embora seja mantenedor de políticas agrícolas de segurança alimentar, se encontra distante de sua meta de eliminar por completo a fome. Vários são os obstáculos políticos, econômicos e sociais que se sobrepõem a este direito social e necessitam ser transpassados. O Estado, no entanto, com intuito de melhor atender a demanda populacional à alimentação e ainda cumprir com sua função de tutor dos direitos fundamentais e sociais, implementou os programas de transferência direta de renda, que vem, mais precisamente desde 2003, contribuindo muito para a ascensão econômica e social de famílias situadas abaixo da linha da pobreza. Este trabalho tem por escopo a análise comparativa das políticas de transferência direta de renda e a diminuição da fome no Brasil, bem como o estudo de dever jurídico estatal de tutelar direitos fundamentais, baseando-se, para tanto, nos métodos dedutivo-bibliográfico e histórico-comparativo. A contradição apontada neste trabalho permeia o dever de auxílio estatal, localizado mais especificamente nos artigos 5º e 6º da Constituição Federal e a grande quantidade de famílias que ainda se encontram abaixo da linha da pobreza, sem acesso à saúde, alimentação, moradia, lazer e principalmente educação. A implementação de políticas públicas de transferência de renda como o Bolsa-Família foi de extrema importância para a redução do número de famílias brasileiras afetadas pela fome. O Brasil teve significativa melhora desde o ano de 2003. Diante da problemática exposta, conclui-se que ainda resta longo o caminho para a aplicabilidade dos direitos fundamentais e sociais, e consequente erradicação da fome e da miséria no Brasil. O abismo excludente entre o momento pós-violatório de direitos humanos e sua concreta aplicabilidade, bem como a ideia eurocêntrica e distorcida do que são direitos humanos, contribuem para a exclusão, estagnação e estatização destes direitos.

**Palavras-chave:** Direitos Humanos. Políticas Públicas. Fome.

[Inscrição: 1353]

## RESPONSABILIDADE CIVIL NO ERRO MÉDICO

Paiva, Luiza C.<sup>1</sup>(IC); Bernardes, Joana C. P.<sup>1</sup>(O)  
luh\_cpaiwa@hotmail.com  
<sup>1</sup>Unifafibe

A procura por profissionais da medicina é uma constante na sociedade, desde seus primórdios, até os dias atuais. Os profissionais da área médica, apesar de todo estudo e constante atualização, são pessoas e, como tais, sujeitas a erros durante o exercício de sua profissão. Tais erros podem ocorrer no diagnóstico, prescrição de medicamentos, no ato cirúrgico que, em situações mais brandas podem acarretar mal-estar, prolongamento do sofrimento humano, mas em outras mais graves, pode resultar em deformidade estética, invalidez e até mesmo a morte do paciente. Todavia, não raras vezes a busca da cura ou melhora pode tornar a situação pior do que estava e, portanto, há necessidade de estudar em quais situações o médico é responsável por não conseguir obter o sucesso desejado ou esperado pelo paciente, ou até por piorar uma situação de modo que torne difícil para o paciente conviver com tal fato. Esse estudo também é importante na medida em que nem sempre o profissional da área da saúde tem obrigação de obter o resultado esperado ou desejado pelo paciente. Nesta linha de raciocínio, duas situações podem ser previamente detectadas: a do médico que atua como atividade meio, o clínico geral, por exemplo, que tem a obrigação de fazer o máximo para a melhora do paciente, caracterizando uma responsabilidade contratual objetiva, e a do médico cirurgião plástico, que atua como atividade fim, que tem como objetivo conseguir para o seu paciente o melhor aproveitamento da cirurgia, assemelhando ao que o mesmo havia requerido, que caracteriza uma responsabilidade contratual subjetiva. Tendo em vista a divergência de entendimentos sobre ambos os fins buscados, há necessidade de verificar em qual delas o médico pode ser responsabilizado por seus eventuais erros no exercício de sua profissão.

**Palavras-chave:** Responsabilidade Civil. Erro Médico. Médico. Estética. Cirurgião Plástico.

[Inscrição: 1535]

## **RESPONSABILIDADE CIVIL PELA PERDA DO TEMPO ÚTIL: UMA NOVA CATEGORIA DE DANO AO CONSUMIDOR**

Camargo, Thamires L. D. O.<sup>1</sup>(G); Mabtum, Matheus M.<sup>1</sup>(O)

thamires\_camargo@hotmail.com

<sup>1</sup>*Centro Universitário UNIFAFIBE*

O tempo é um dos bens mais valiosos. Deve-se, portanto, ser usufruído da melhor forma. É nesta perspectiva, que o presente estudo visa demonstrar a importância do tempo na vida das pessoas, no tocante as relações de consumo, as quais cada vez mais se tornam desgastantes em virtude das falhas e abusos cometidos pelos fornecedores. Assim, é discutível se tal desgaste, enfrentado pelos consumidores, em que há uma perda do tempo útil desarrazada na resolução dos conflitos, causada pelo mau atendimento dos fornecedores, é considerada um mero aborrecimento ou se implica um dano à pessoa, ou seja, o dano temporal. O posicionamento majoritário entende que esta perda do tempo, constitui mero dissabor, não sendo passível de reparação. A Constituição Federal, e posteriormente o Código de Defesa do Consumidor caminharam para a evolução dos direitos dos consumidores, entretanto, ainda não é o suficiente. Igualmente, a responsabilidade civil deu grandes passos na ampliação dos novos danos. O reconhecimento do tempo como um bem jurídico tutelado, tem sido objeto de estudo, e vem ganhando espaço em alguns tribunais brasileiros, com maior destaque o do Rio de Janeiro, embora ainda não enquadre como um dano autônomo, mas sim como dano moral. Portanto, reconhecer o tempo como uma nova categoria de dano ao consumidor, resulta em um avanço na disposição das normas jurídicas brasileiras, e conseqüentemente em melhores relações de consumo, pois puniria civilmente os fornecedores pelos abusos cometidos, e protegeria os consumidores, diante da vulnerabilidade que possuem, inibindo, que um terceiro lhe roube indevidamente parcela de seu tempo.

**Palavras-chave:** Tempo. Relações de Consumo. Perda do tempo útil. Dano temporal. Responsabilidade civil.

[Inscrição: 1465]